

TORNANDO AS ESCOLAS INCLUSIVAS

Marina da Silveira Rodrigues Almeida¹

RESUMO: A introdução de práticas mais inclusivas na educação necessita de mudanças na estrutura do sistema escolar, nos currículos, formação de professores, metodologias de ensino e atitudes dos professores. Este artigo visa à reflexão sobre essas mudanças e sugere rumos a serem tomados quando da implantação da inclusão nos sistemas escolares.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão, currículo inclusivo, formação de professores.

ABSTRACT: *The introduction of inclusive practices in the education needs of changes in the structure of school system, involving curricula, teachers formation, teach methodologies and teachers attitudes. This text aims to make a reflexion on these changes and point some ways to promote inclusion in the school systems.*

KEYWORDS: *inclusion, inclusive curriculum, teachers formation.*

A introdução de práticas mais inclusivas na educação necessita de mudanças na estrutura do sistema escolar, nos currículos, formação de professores, metodologias de ensino e atitudes dos professores. Mas seria pouco realista esperar que essas mudanças tivessem lugar antes de introduzir o ensino inclusivo. Estes princípios de orientação adotam uma visão holística das necessidades educacionais das crianças com deficiência através da análise do ambiente de aprendizagem de todas as crianças.

O ensino inclusivo envolve abordagem na aprendizagem **centralizada na relação com a criança e o papel do professor será de mediador da aprendizagem.**

Estas abordagens têm como base o modelo social, filosófico humanístico, libertário e emancipador, dando o reconhecimento de que cada criança aprende e desenvolve de maneira diferente e a níveis diferentes, procurando criar ambientes de aprendizagem que respondam às necessidades de cada criança, inclusive das crianças com deficiência, portanto falamos de pedagógicas progressistas (Freire, Pacheco, Morin, Freinet, etc.).

¹ Consultora em Educação Inclusiva - Psicóloga e Pedagoga especialista - Instituto Inclusão Brasil - <http://inclusaobrasil.blogspot.com/> - marina@iron.com.br

O **modelo social da deficiência** foi criado nos anos 60 e vem sendo aprimorado desde então. Surgiu no Reino Unido por uma iniciativa de pessoas com deficiência reunidas no Social Disability Movement.

O *Social Disability Movement* provou que as dificuldades – ou a maior parte das dificuldades – enfrentadas por pessoas com deficiência são resultado da forma pela qual a sociedade lida com as limitações e as seqüelas físicas, intelectuais, sensoriais e múltiplas de cada indivíduo.

De acordo com o modelo social, **a deficiência** é a soma de duas condições inseparáveis: as seqüelas existentes no corpo e as barreiras físicas, econômicas e sociais impostas pelo ambiente ao indivíduo que tem essas seqüelas. Sob esta ótica, é possível entender a deficiência como uma construção coletiva entre indivíduos (com e sem deficiência) e a sociedade.

Ao mesmo tempo em que as limitações de uma pessoa são uma realidade concreta, já há um entendimento claro de que a deficiência é apenas uma das características daquele indivíduo, uma parte, que não deve refletir o seu todo.

Para o modelo social, o acesso à saúde é um direito a ser garantido entre tantos outros, igualmente prioritários e simultâneos como educação, emprego, cultura, vida independente, lazer e desenvolvimento socioeconômico. Juntos, esses direitos contribuem para garantir a equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência.

Com o enfoque do modelo social, a sociedade começa a absorver mais naturalmente conceitos como equiparação de oportunidades e inclusão. Estes conceitos, embora associados à deficiência, podem e vêm sendo aplicados para dar mais qualidade e dignidade à vida de qualquer cidadão.

O objetivo dos princípios de orientação é apoiar um processo a partir do qual as escolas se tornem mais acessíveis às crianças com deficiência e com maior resposta às suas necessidades.

A **questão das seis normas de acessibilidade** não é apenas uma questão das crianças frequentarem as escolas, significa que devem também beneficiar da escolaridade e ter acesso ao currículo. Ao mesmo tempo, o ambiente escolar precisa ser flexível e auxiliador para que possa responder às necessidades de cada criança individual, em vez de pressupor que a criança deve se adaptar às provisões de ensino disponíveis.

Os princípios de orientação sublinham o fato que as melhorias da qualidade de ensino vão passo a passo com a inclusão: ambientes de aprendizagem abertos, acessíveis e de qualidade irão beneficiar todas as crianças, mas são sobretudo cruciais para as crianças com deficiência.

- **Acessibilidade arquitetônica:** sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo.
- **Acessibilidade comunicacional:** sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil), virtual (acessibilidade digital).
- **Acessibilidade metodológica:** sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar).
- **Acessibilidade instrumental:** sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.).
- **Acessibilidade programática:** sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais etc.).
- **Acessibilidade atitudinal:** sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, nas pessoas em geral.

A propósito, a acessibilidade tecnológica não constitui um outro tipo de acessibilidade e sim o aspecto tecnológico que permeia as acessibilidades acima, com exceção da atitudinal.

As **barreiras** que impedem as crianças com deficiência de aprender residem na falta de continência afetiva e das necessidades e capacidades individuais de cada criança.

Portanto precisamos desafiar as percepções e atitudes prevalecentes em relação às crianças com deficiência, e superar as barreiras ao acesso ao ensino regular, reconhecendo, no entanto, que existe a necessidade de uma orientação prática de como se incluir as crianças com deficiência nos diferentes níveis.

O grande marco geral do tratamento contemporâneo sobre direitos humanos de crianças e adolescentes é a chamada **“doutrina da proteção integral”**. Essa visão afirma a infância como um relevante ator social, que deve ser reconhecido em seus direitos e responsabilidades com condições específicas, dada a sua especial condição de desenvolvimento. A infância deve ser tratada sem discriminação em função de idade, ter ou não uma deficiência, raça, cor, sexo, etnia, orientação sexual, ou em função das características de seus pais, como posição política, nacionalidade etc. Também exige que se reconheça o protagonismo da infância, determinando que ela seja consultada e levada em conta na formulação de políticas públicas que venham a atender aos seus direitos.

Colocar em prática os direitos humanos, principalmente quando se referem à infância, exige conhecimento de princípios usualmente pouco estudados por educadores, profissionais da mídia e lideranças de projetos sociais, talvez em função de sua aparente obviedade.

Princípios como **universalidade, inalienabilidade, indivisibilidade, interdependência e participação** estão apoiados na convicção do caráter público de todo ser humano desde o primeiro momento de sua existência*.

Adotar um enfoque inclusivo significa partir de dois pressupostos: primeiro o reconhecimento de que crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência estão em todos os lugares, prioritariamente entre as populações que habitam regiões com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do planeta. Segundo, a percepção de que a diversidade inerente à espécie humana é um valor, não um problema extra para as políticas públicas.

Por causa do histórico **“ciclo de invisibilidade”** a que estão sujeitas pessoas com deficiência em todos os cantos no mundo, principalmente nas comunidades pobres nas quais vivem em percentual muito elevado.

Este **“ciclo de invisibilidade”** obedece à seguinte lógica:

- 1) pessoas com deficiência não conseguem sair de casa e, portanto, não são vistas pela comunidade;
- 2) por não serem vistas pela comunidade, deixam de ser reconhecidas como parte dela;

- 3) por não serem reconhecidas como parte dela, garantir o acesso de pessoas com deficiência a bens, direitos e serviços não é considerado um problema para a comunidade enfrentar e resolver;
- 4) sem ter acesso a bens e serviços, não há como serem incluídas na sociedade;
- 5) uma vez não sendo incluídas na sociedade, continuam invisíveis, alvo de constante discriminação.

O “**ciclo de invisibilidade**” explica por que pessoas com deficiência são amplamente excluídas da vida social, econômica e política de suas comunidades. Esta exclusão gera um alto índice de pobreza nesta população nos países em desenvolvimento.

Assim, sem condições de sair de casa, de se comunicar, de ter acesso à educação e à vida em comunidade, pessoas com deficiência se tornam cada vez mais cidadãos de “menor valor”.

De acordo com a ONU, 82% das pessoas com deficiência no mundo vivem abaixo da linha de pobreza em países em desenvolvimento; a maioria delas são crianças.

Em alguns países de renda média e alta, a prevalência da deficiência vem oscilando entre 15 e 20% do total da população. Nos países com renda mais baixa, os índices tendem a subir.

Como há divergências na forma como os países desenvolvidos e em desenvolvimento conduzem suas estatísticas sobre deficiência, ainda é adotado com frequência o padrão de 10% proposto pela Organização Mundial de Saúde na década de 80. Ele compreende também a população que adquiriu uma deficiência por má nutrição – aproximadamente 1/4 de todas as pessoas com deficiência identificadas nas estatísticas. Crianças, principalmente meninas, são mais afetadas pela relação pobreza-deficiência.

O Banco Mundial estima que 2/3 da população com deficiência no mundo vive na pobreza, sendo impactada pela falta de água, comida e nutrientes, educação, e sem acesso à saúde, a oportunidades de emprego e de informação.

De acordo com o European Disability Forum, nos próximos 30 anos o número de pessoas com deficiência nos países em desenvolvimento aumentará em 120%, contra 40% nos

países desenvolvidos. Este avanço será mais significativo nos grupos com idade avançada, particularmente após os 65 anos.

- Pessoas que vivem na pobreza tendem a adquirir deficiências porque estão constantemente expostas a fatores de risco como má nutrição, degradação de suas casas, insegurança e violência na comunidade, além da carência de serviços de intervenção precoce, saúde e educação.

- Indivíduos com deficiência costumam ficar mais pobres porque encontram grandes dificuldades para trabalhar e participar nos processos de tomada de decisão em suas comunidades.

- Pessoas que nascem com deficiência e vivem na pobreza enfrentam um risco maior de continuar pobres e ter filhos que desenvolvam doenças capazes de levar a deficiências.

- Quem vive na pobreza tem mais probabilidade de adquirir deficiências por enfrentar gravidez e parto traumáticos, trabalhar em piores condições de segurança e saúde, habitar casas precárias e com poucas condições de higiene, viver em locais perigosos, ser submetido à má nutrição ou à fome, não ter acesso a serviços públicos de saúde e ser mais atingido por guerras civis e conflitos armados em suas comunidades.

A “**ética da diversidade**” combate a homogeneidade e privilegia ambientes heterogêneos, celebrando toda e qualquer diferença entre pessoas e grupos. É, portanto, a base da formação de alianças a favor do desenvolvimento inclusivo e sustentável nas quais cada parceiro contribui com sua expertise e seus próprios recursos em benefício de todos.

Fundamentada na igualdade de direitos, na equiparação de oportunidades e na ratificação das diferenças individuais, a “ética da diversidade” não permite a hierarquização de condições humanas. Sob as “leis” que regem esta ética, pessoas com deficiência não mais representarão “um equívoco” ou “um deslize” da natureza, que gerou seres anômalos passíveis apenas de serem “aceitos”, “tolerados” ou “respeitados” em um mundo falsamente de “iguais” onde eles representam “a diferença a ser combatida”.

Estratégias inspiradas na diversidade hoje vêm sendo incorporadas por organizações empresariais, governamentais, não governamentais – regionais e internacionais – nos países

desenvolvidos e em desenvolvimento, na busca de alianças e ações que gerem programas e políticas públicas inclusivas.

Conceito:

O **ensino inclusivo** é um processo em que se aumenta a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino, inclusive aqueles com deficiências. É sobre a reestruturação da cultura, prática e política nas escolas para que estas respondam à diversidade de alunos nas suas localidades. Apresenta as seguintes características:

Ensino inclusivo:

- Reconhece que todas as crianças têm a capacidade para aprenderem.
- Reconhece e respeita as diferenças nas crianças: idade, gênero, língua, deficiência, estatuto de HIV e TB, etc.
- Permite que as estruturas educativas, os sistemas e as metodologias vão de encontro às necessidades de todas as crianças, faz parte de uma estratégia mais ampla para promover uma sociedade inclusiva é um processo dinâmico que está em constante evolução.

Processo de desenvolvimento e aprendizagem

O ensino inclusivo procura apoiar e construir o processo de desenvolvimento de cada criança. Todos os aspectos do desenvolvimento da criança (emocionais, intelectuais, criativos, sociais e físicos) precisam ser solucionados para que as crianças possam alcançar a sua potencialidade total. Para que isso seja possível, é fundamental que os professores tenham um bom entendimento de como as crianças aprendem e se desenvolvem.

Embora existam vários marcos no desenvolvimento da criança (Piaget, Wallon, Gesel, Erick Ericson, Freud, etc.) que podem ser utilizados inter-culturalmente (especialmente marcos físicos), é impossível examinar-se o desenvolvimento da criança sem se fazer referência à cultura e ao contexto em que estão crescendo (Vigotsky, Maturana, Pacheco, etc). Mais ainda, o andamento e a seqüência do desenvolvimento é diferente para cada criança, cada uma aprende as coisas de maneiras diferentes e em ritmos diferentes (Gardner, Ainscow, etc.).

Atrasos a curto prazo no desenvolvimento podem ser causados por vários fatores e isto pode, por vezes, fazer com que seja difícil identificar-se o atraso de desenvolvimento que tenha como base uma deficiência.

Podem existir várias causas para o atraso de desenvolvimento, tais como a falta de segurança familiar, a violência, a falta de atenção, a desnutrição, a doença ou a deficiência, dentro outras possibilidades.

Nos casos em que o atraso do desenvolvimento é muito óbvio e persistente impedindo a capacidade da criança de lidar com a vida cotidiana – pode ser necessária uma atenção extra, quer melhorando os conhecimentos e técnicas do professor, quer encaminhando a criança para uma organização, serviço especializado, ou apoio de um profissional com experiência.

Número de alunos por turma

Outro aspecto que sempre é debatido é referente ao número de alunos por turmas:

As turmas grandes são encaradas em todos os países como uma barreira à inclusão de crianças com deficiência. Em países economicamente favorecidos, as turmas de 30 são consideradas grandes mas, em países de poucos recursos, a norma são turmas de 60 a 100 crianças.

Turmas pequenas, bem geridas são claro, mais desejáveis do que turmas grandes, mas não são fatores impeditivos para a inclusão, porque poderemos resolver isso através da pedagogia cooperativa e trabalho de aprendizagem em grupos coletivos, tutorados ou mediados pelo professor.

Desigualdade social

O ensino inclusivo pode ajudar a quebrar o ciclo de pobreza e exclusão social. As deficiências e a pobreza estão intimamente ligadas. As crianças pobres têm menos probabilidades de receberem intervenção e apoios rapidamente, e têm maiores probabilidades de sofrer danos duradouros. O oposto também é verdadeiro: as famílias que lutam com seus filhos com deficiências têm maiores probabilidades de se verem prisioneiras da pobreza devido a toda uma série de desafios, incluindo atitudes negativas, problemas de mobilidade, poder de ganhar a vida, problemas com assistência a crianças, preconceitos, dificuldades em conseguirem informações de

seus direitos e deveres, etc. As crianças e famílias com deficiência são sistematicamente excluídas, e quanto mais pobres são, mais provável seja a exclusão.

O ensino pode oferecer as competências práticas e conhecimentos necessários para se sair do ciclo da pobreza. Mas o ensino inclusivo vai mais além, dando a oportunidade às crianças e adultos com deficiências de desafiar os preconceitos, se tornarem visíveis, e ganharem confiança para falarem por si próprios (empoderamento) e construírem o seu próprio futuro na sociedade (defensoria).

Mudanças nas práticas pedagógicas

O ensino inclusivo pode atuar como catalisador da mudança nas práticas educacionais, levando a uma melhoria da qualidade de ensino. Incluir as crianças com deficiência nas escolas regulares desafiam os professores a desenvolver metodologias pedagógicas mais centradas nas crianças, de participação e ativas – o que beneficia todas as crianças.

Os professores acham muitas vezes que precisam de competências especiais para ensinar crianças com deficiência, mas a experiência ensinou que na maior parte dos casos as crianças com de deficiência podem ser incluídas por meio de ensino bom, claro e acessível que encoraje a participação ativa das crianças.

São estas as competências que os professores necessitam para proporcionar um ensino de qualidade a todas as crianças, com deficiência ou não. Além destas competências, os professores também podem precisar de ajuda técnica específica e/ou equipamentos para ir ao encontro de certos problemas específicos das crianças.

Implantação do Sistema Inclusivo

O ensino inclusivo foi introduzido em muitos países com orçamentos modestos para a educação e uma ajuda técnica relativamente pequena. Os melhoramentos da qualidade do ensino e resultados estudantis (assim como taxas reduzidas de desistências e fracassos) foram alguns dos resultados positivos.

As atitudes discriminatórias em relação às pessoas deficientes persistem na sociedade devido à falta de consciência e informação e à pouca, ou nenhuma, experiência na convivência com pessoas com deficiência. É difícil eliminar estas barreiras de atitude, mas a experiência tem

vindo demonstrar que, no contexto correto, as crianças podem ter mais capacidade de aceitar as diferenças do que os adultos.

As crianças são os nossos futuros pais, professores, advogados e políticos. Se forem à escola com crianças com deficiência aprenderão a não discriminar - o que é uma lição para a vida.

Professores, Especialistas, Técnicos e Voluntários

Os professores especialistas nas escolas especiais utilizam métodos e técnicas especiais para ensinar grupos de crianças com deficiência. Na medida que estes mesmos profissionais se tornarem aliados da escola regular podem auxiliar os professores do ensino regular no sentido de assegurar que todas as crianças sejam incluídas.

Os professores especialistas ou de apoio funcionam em vários níveis diferentes: podem ser voluntários com base na comunidade, pais, formadores, ou conselheiros altamente qualificados que dão apoio a uma série de escolas em determinado distrito.

O professor especialista ou de apoio pode ser uma ajuda extra na sala de aula, designado para trabalhar com determinada criança ou classe. A um outro nível, os supervisores podem trabalhar flexivelmente com as escolas para ajustar e melhorar os métodos de ensino (onde necessário), para que todas as crianças possam ter os mesmos benefícios.

Os professores especialistas e ou de apoio podem ter um papel importante em recompensar, motivar e estimular os professores, dando apoio prático e conselhos, identificando as necessidades de formação e proporcionando apoio adicional.

Mudança do Sistema Escolar – Tornando as Escolas Inclusivas

- **Levantar material das diversas metodologias atuais, flexibilização curricular e avaliação continuada.**
- **Fazer uma coleta de dados, obtendo informações sobre a escola, seus professores, equipe, alunos, família, comunidade e seu entrono escolar.**

Análise: onde é necessária a mudança?

Antes de planejar e implantar um programa de ensino inclusivo é importante adquirir um panorama geral de todo o sistema de educação – para identificar onde é necessário fazer alterações. A mudança numa área poderia tornar-se ineficaz devido à ausência de mudanças noutra área.

Recolher informações sobre o atendimento inclusivo (o que se tem feito de práticas inclusivas) na sua escola e na comunidade será um bom começo.

Ambiente de aprendizagem acessível

A acessibilidade do ambiente de aprendizagem é essencial para que todas as crianças participem igualmente e sejam incluídas completamente. As famílias e as próprias crianças, têm que estar envolvidas de perto nas discussões sobre questões de acessibilidade que podem incluir: mobilidade e questões de transporte, o acesso físico a edifícios, atitudes, métodos de ensino, a língua de ensino, relações entre professores e crianças.

A partir deste levantamento inicial planejar de que maneiras poderão ser edificadas as mudanças a curto, médio e longo prazo. Para tanto é importante implicar todos os envolvidos com a escola: gestores, equipe, professores, pais, funcionários e comunidade.

Flexibilidade do currículo

O currículo e o sistema de avaliação têm que ser relevantes para todas as crianças. Onde há um currículo flexível, todas as crianças têm a possibilidade de aprender e beneficiar do ensino, e os resultados que obtêm podem ser reconhecidos.

Por isso é necessário saber a flexibilidade da Legislação atual (LDB e Parâmetros Curriculares) frente ao currículo mais flexível, formas diferenciadas de avaliação e atendendo os critérios da UNESCO.

Escola

Adote uma abordagem inclusiva em toda a escola, montando um questionário de informações sobre o assunto, de maneira participativa, chamando as pessoas para discutirem o assunto.

As escolas têm que ser encorajadas a tornar-se auto-suficientes na resposta às crianças que são marginalizadas, qualquer que seja a razão. Na abordagem em toda a escola, todos os membros do quadro de funcionários (todos os professores, assistentes, etc.) são envolvidos na promoção de práticas inclusivas, o que demasiadas vezes, nas escolas, é a responsabilidade de apenas um ou dois membros do pessoal em particular.

A promoção de uma abordagem em toda a escola é particularmente importante nas zonas rurais, que muito provavelmente estão mais isoladas de sistemas adicionais de apoio. Todos os membros do pessoal na escola necessitam de formação e conscientização sobre a inclusão de crianças com deficiência, e é necessária uma boa gestão por parte dos gestores de ensino. Para tanto é importante utilizarem-se de experiências já bem sucedidas como ponto de partida de encorajamento para construção de novas atitudes e práticas humanísticas.

Escolas piloto

Muitos países a tentar estabelecer um sistema inclusivo descobriram que o desenvolvimento de uma escola piloto é útil. A escola piloto pode ser utilizada para demonstrar os benefícios da inclusão às outras escolas, gestores de ensino, chefes de departamento e comunidades. Também pode servir como base de recursos para a formação prática de professores. Uma vez que a escola piloto prove ser eficaz, os métodos utilizados podem ser introduzidos a uma escala maior. Idealmente, cada região deveria ter a sua própria escola piloto.

Gestão das escolas

Uma boa gestão é essencial quando são introduzidas mudanças no ensino. Os gestores locais do ensino, e os diretores das escolas podem assegurar que as escolas têm bom apoio, e podem ajudar a desenvolver redes entre as escolas. Para promover práticas mais inclusivas nas escolas, os gestores do ensino podem:

Levantar as redes de apoio que existem no seu entorno escolar: instituições, universidades, serviços públicos, ONGs, voluntariado etc.

Assegurar-se que os professores precisam de tempo: para reunirem-se, estudarem e discutirem casos de seus alunos.

Premiar os bons professores: os sistemas de prêmios para os professores que demonstram competências adicionais podem ser postos em prática pelos gestores como fonte de motivação e cooperação mútua.

Encorajar os professores a serem mais flexíveis e criativos, permitir-lhes que se observem uns aos outros. Os gestores têm que dar prioridade a esta prática quando fazem os seus planos, para assegurar que os professores têm oportunidades para refletir sobre a sua experiência, o que é uma valiosa forma de formação durante as horas de serviço. Também têm que proporcionar apoio constante aos professores que estão a começar a trabalhar com metodologias novas.

Incentivar o plano individual ensino para todos os alunos e construção de um portefólio para cada aluno.

Identificar as crianças que estão fora da escola: evasão, desistência, enfermidade cujo quadro necessite de atendimento educacional domiciliar ou hospitalar.

Promover a colaboração em redes de apoio: a cooperação com outros setores relevantes é uma parte essencial da gestão do ensino inclusivo (por exemplo, saúde, ou serviços sociais). É possível que as crianças com deficiência e as suas famílias possam receber serviços de uma série de fontes variadas.

Capacitação de Professores

Os professores precisam de formação sobre os princípios do ensino inclusivo e sobre os princípios básicos ligados à deficiência, para garantirem que as suas atitudes e abordagens não impedem as crianças com deficiência de ter um acesso igual ao currículo. A formação deve ser contínua, e também a partir da iniciativa do professor pesquisar, buscar leituras e fontes de informações.

Responsabilidades dos professores: precisam entender, e aceitar, que é sua responsabilidade ensinar todas as crianças, uma vez que todas as crianças têm direito ao ensino, portanto serem mediadores da aprendizagem.

Metodologias de ensino

As mudanças nos métodos de ensino poderiam incluir um novo arranjo da classe, para que as crianças possam trabalhar em pequenos grupos; encorajar um sistema de amigos (aprendizagem cooperativa: entre aluno-aluno, aluno-professor, professor – professor, professor - especialista) onde quem sabe ensina.

Introduzir materiais disponíveis que atendam toda classe, de maneira que todos os alunos possam trabalhar juntos, através de projetos, atividades de jogos, com experiências vivenciadas, dinâmicas psicodramáticas, atividades desportivas, etc.

Os professores precisam de oportunidades para experimentar novos métodos, partilhar idéias, e observar outros professores a utilizar métodos diferentes.

Acesso à informação

Os professores precisam de acesso a informação, ler sobre documentação nacional e internacional, e como implementar práticas mais inclusivas.

Ler sobre a experiência de outros professores de como trabalhar em contextos, estes exemplos ajudam os professores a refletirem sobre a sua própria experiência e ganharem confiança para experimentar novas idéias.

A participação das crianças

As crianças são um recurso valioso e muitas vezes pouco utilizado no ensino.

Em geral, aceitam as deficiências muito melhor do que os professores e pais. A metodologia criança-para-criança (*child to child*) é um método extremamente eficaz de mobilizar a participação das crianças.

Em alguns contextos pode ser de grande ajuda encorajar as crianças com deficiência a juntar-se em grupos com o fim de desenvolver sua identidade positiva para partilhar de sua experiência sobre suas habilidades e suas dificuldades particulares.

Participação da comunidade

Há muitos membros da comunidade que podem contribuir para o desenvolvimento do ensino inclusivo: os idosos da comunidade, líderes religiosos, pais, adultos com deficiência e as próprias crianças.

A utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis localmente ajuda a desenvolver os elos de ligações entre as escolas, as famílias e a comunidade, assim como promover a aceitação por parte da comunidade de programas de ensino inclusivos. O objetivo a longo prazo é promover a inclusão na sociedade em geral.

Envolvimento dos pais

Merecem apoio para conseguir os seus objetivos e garantias de direitos e deveres, bem como sua co-responsabilidade em todo processo.

Os pais podem precisar de ajuda para se organizarem em grupos, e para desafiar as práticas de ensino que causam exclusão. Quando possível, os pais devem receber apoio para trabalharem em parceria, e com outros grupos com base na comunidade, para defender os seus direitos.

Empoderamento das Pessoas com Deficiência e Defensoria

O envolvimento das crianças, jovens e adultos com deficiência, na formulação de políticas e práticas é essencial. Envolver pequenos grupos de crianças e jovens com deficiência, e dando-lhes apoio para que falem sobre as suas prioridades e necessidades é um primeiro passo para fazer com que o ensino se concentre na criança e se torne mais útil para as suas vidas no dia a dia. O conhecimento e experiência que têm da deficiência devem ser respeitados a todos os níveis.

Observação e avaliação

Em todos os processos de aprendizagem, é essencial que o professor reconheça que cada criança é única – com um conjunto único de capacidades, interesses, necessidades e características, o que é particularmente importante na inclusão de crianças com dificuldades no ensino regular.

Uma breve avaliação das capacidades, necessidades e preferências de cada criança ajudará a fazer com que o ensino se concentre mais na criança, e seja receptivo às necessidades individuais. Também irá permitir aos professores que desenvolvam objetivos de aprendizagem individuais apropriados às necessidades e capacidades de cada criança.

Os professores estão em contato diário com os seus alunos e, por isso, podem observar as etapas de desenvolvimento de cada criança. Todas as crianças desenvolvem de formas diferentes, e poderá ser necessário atrasar um aspecto do desenvolvimento para que se faça progresso noutro.

Para tanto é importante o professor ter conhecimento dos estilos de aprendizagem de seus alunos para adequar as metodologias a necessidades dos alunos.

Observar uma criança significa vê-la em ação para podermos conhecer e entendê-la para que assim possamos ajudá-la melhor a crescer e a progredir.

Considerações Finais:

Finalmente, não afirmamos que o ensino inclusivo é um processo fácil. É importante salientar que esta é muitas vezes uma tarefa exigente e um desafio para as escolas, e professores – que necessitam se modificar os seus próprios preconceitos, criar as suas capacidades, e desenvolver novas aptidões para poderem incluir TODOS os estudantes da comunidade.

Estes princípios de orientação não têm a intenção de ser um guia definitivo para o ensino inclusivo. Representam um processo contínuo de aprendizagem, de partilha e esperamos que sejam atualizados, melhorados, acrescentados e reeditados.

**(Os documentos essenciais que compõem a normativa internacional de direitos humanos e que instituem os Sistemas Regionais de Direitos Humanos são: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (ICCPR); Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Tratado para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais (Convenção Européia dos Direitos Humanos); Convenção Americana de Direitos Humanos e Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.)*

Bibliografia:

Meeting Special and Diverse Educational Needs: Making inclusive education a reality (2000) (Ir ao Encontro das Necessidades Especiais e Diferentes do Ensino: Fazer do ensino inclusivo uma realidade) Hannu Savolainen, Heikki Kokkala, Hanna Alasuutari

Disability, Poverty and Development

<http://62.189.42.51/DFIDstage/Pubs/files/disability.pdf>

<http://www.disabilityworld.org>

<http://www.escoladegente.org.br>

Disability, Poverty Reduction and Social Development

<http://www.independentliving.org/docs1/dpdi2992.html>

EDF Policy Paper Development Cooperation And Disability

<http://www.edf-feph.org>

FÁVERO, Eugênia Augusta. Crianças e Adolescentes com Deficiência: seu Direito à Educação.

<http://www.escoladegente.org.br>

Inclusión plena y positiva de las personas con discapacidad en todos los aspectos de la sociedad y papel de liderazgo que corresponde en ello a las Naciones Unidas

http://www.un.org/esa/socdev/enable/rights/ares48_95s.htm

Para saber mais sobre o conceito Desenvolvimento Humano

<http://www.desarrollohumano.org.sv/>